

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RECENSÕES

CHAGAS, Wilson. **O Curso do Mundo** (Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre; Fundo Nacional da Cultura, 1997) – Livro com 188 páginas que “inicia com reflexões soltas e termina com fragmentos de um diário e notas de leitura”, numa explicação do Autor. Wilson Chagas, escritor gaúcho, membro-fundador da Academia Brasileira de Filosofia, nasceu em Jaguarão em 1921. Bacharel em Direito pela Universidade do seu estado natal, estudou filosofia (1950-1953) na Universidade de Paris. É um dos fundadores da revista **Quixote** (1947). Sua bibliografia inclui crítica e filosofia. Através de aforismos, diários, confidências, medita filosoficamente com grande profundidade. Seu estilo é claro, incisivo, popular. A “orelha” vem assinada por Paulo Hecker Filho talvez o melhor escritor do Rio Grande do Sul; se não o mais importante, ao menos o mais ousado e criativo... E nos diz: “[...] ele (Wilson Chagas) anda atrás da sua verdade. E a expõe com uma clareza que chega a ser didática, vantagem importante para quem lê crítica literária [...]. Gosto que o livro saia [O Curso do Mundo] porque é bom no contexto de nossas letras. Desde muito, aprecio, por exemplo, *Existência e Criação*, o título que o abre. É uma visão existencial que, como essa filosofia quer, compromete a pessoa que a exerce, o que é raro no meio, exige pensar mais que reproduzir.” Paulo Hecker Filho chama a atenção do leitor para os múltiplos assuntos enfocados pelo Autor que nos levam ao “raro e humanizante” [...].

Para que se tenha uma amostra do meditar deste pensador do sul, vejamos alguns dos seus aforismos: “O homem nada vale sem a sua humanidade. Mas a sua humanidade passa pelos outros. Não é uma humanidade própria – ou sendo própria, incorpora a humanidade alheia. A humanidade que conta, para nós, é a humanidade comum, é aquilo que temos em comum com os outros homens” (p. 16). “Não se pode banir os outros de nossa vida. Há que suportá-los, ou com eles *con-viver*. Então, há que aprender com os outros, ou seja, transformar a convivência social em escola de humanismo. O que somos resultará do nosso diálogo com os outros, o diálogo permanente da *co-existência*” (p. 18). “O saber só sabido cerceia a imaginação que é criadora, e portanto sabe mais do que qualquer saber em si” (p. 12). “É a forma, não o conteúdo, ou a substância, o que é criado. É a forma que se cria, ou se recria incessantemente. E sem ela nada existe – a não ser o caos” (p. 12). “O artista tira do amorfo, do indiferenciado, a forma e o diferenciado da obra. Quando ele se basta com o já criado – com o construído da cultura – não cria, mas imita. Então, entre o informe, de um lado, e a forma gasta, de outro, debate-se o escritor, o romancista, o criador, qualquer que seja a sua arte, o seu meio de expressão. Trata-se de conseguir uma *nova forma*. A “obra” resulta desse corpo-a-corpo, desta busca permanente do artista, do pensador, do poeta. Por isso o que conta, numa obra, é a sua forma, pois é a forma que ilumina, ou que surge a iluminação” (p. 13).

VERITAS	Porto Alegre	v. 43	nº 2	Junho 1998	p. 419-465
---------	--------------	-------	------	------------	------------

Os livros de Wilson Chagas são ricos em aforismos de expressiva densidade filosófica. Agradáveis de ler e profundos porque nos levam, insensivelmente, ao sério meditar metafísico... Nos *Fragmentos de um Diário*, por exemplo, gênero que o Autor explora tão bem, lê-se: “Como um estudo caminha ou se esboça não se sabe. Algo nos guia. Não é o que *queremos* escrever que conta; nem escrevemos o que *queremos*. O essencial é não *forçar*, mas sim *deixar-se escrever*. É essa a via da expressão criadora” (p. 146).

Em *O Curso do Mundo*, há dois capítulos fundamentais para que se tenha, numa visão de conjunto, o posicionamento de Sartre no século XX: *A Biografia de Sartre*, que assinala o aparecimento da biografia de Sartre de Annie Cohen-Solal, agora traduzida ao português, da qual Wilson Chagas fez um resumo primoroso em apenas cinco páginas. E *As Memórias de Simone*, outro artigo, que complementa o anterior, que nos fala do meticuloso diário mantido pela amiga de Sartre onde relatou todos os pormenores de sua agitada vida de curiosa viajante... Numa dessas viagens, Simone de Beauvoir acompanhou Sartre quando veio ao Brasil e conheceram Recife, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Belém, Manaus, retornando novamente a Recife onde Simone ficou sete dias internada em hospital pois havia pegado o tifo, nas suas andanças pela Amazônia. Sobre essa estada no Brasil a Autora descreve-a, pormenorizadamente, em 77 páginas.

Por esses e outros mais assuntos de crítica inteligente recomenda-se a leitura deste último livro de Wilson Chagas... Sempre uma pausa muito agradável para uma leitura proveitosa e amena.

Jorge Jaime
(da Academia Brasileira de Filosofia)

* * *

HEGENBERG, Leônidas – **Dicionário de Lógica** (Editora Pedagógica e Universitária Ltda. S.P.U. São Paulo, 1995, 223 pp.)

Leônidas Hegenberg é licenciado em Física, Matemática e Filosofia. Possui cursos de pós-graduação na Universidade da Califórnia (Berkeley) e doutorou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Foi professor titular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Traduziu mais de 60 obras, assinou numerosos artigos especializados e é autor de vários livros de Filosofia. Membro da Academia Brasileira de Filosofia, primeiro ocupante da Cadeira nº 27. É considerado o iniciador da lógica no Brasil, incentivador do movimento que revelou vários lógicos brasileiros, alguns com fama internacional, como Newton da Costa, entre outros.

Este seu **Dicionário de Lógica** vem suprir uma lacuna para os estudiosos desta matéria, ao mesmo tempo que bem orienta aqueles que procuram se aprofundar no estudo da Filosofia da Lógica que precisa “ser vista como alicerce da Filosofia” (p. V). No Prefácio, Leônidas Hegenberg espera “que o leitor encontre, em suas páginas, uma adequada (e, quem sabe, agradável) maneira de contornar algumas de suas inquietações” (p. VI).

O Dicionário todo é uma seqüência agradabilíssima pelos domínios da Lógica e da Filosofia. Para que se tenha uma visão do estilo didático do Autor, vejamos um verbete de sua obra tão esclarecedora: “RACIOCÍNIO: – Em poucas palavras, raciocínio é encadeamento de argumentos. Genericamente, raciocinar corresponde a pensar discursivamente, pensar de maneira coerente, com um propósito em vista. Mais estritamente, corresponde a inferir, ou seja, ao processo de passar de certas proposições sabidamente ou presumidamente verdadeiras, para outra proposição que delas deflue. A inferência é *necessária*, no caso dos raciocínios dedutivos; e é *contingente, provável, ou errônea*, nos casos de raciocínios indutivos.

Notar que, em Inglês, se distingue *rationation* (raciocínio discursivo) e *reasoning* (faculdade que permite coligir e interligar idéias, de modo consciente, coerente, com uma finalidade determinada (p. 175).

Livro imprescindível para quem milita com Filosofia e, principalmente, com Lógica.

Jorge Jaime
(da Academia Brasileira de Filosofia)

* * *

Münster, Arno – **Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta**. (Editora UNESP – Universidade Estadual – Paulista, SP, 1997, Utopia, Messianismo e Apocalipse nas Primeiras Obras de Ernst Bloch com 267 p.)

O Autor, Arno Münster, nasceu em 1932, na Silésia, foi aluno de Ernst Bloch na Universidade de Tübingen e, depois de muitos cursos, especializou-se em Filosofia. Convidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, deu várias conferências em Português, idioma que domina, sobre a sua especialidade, que é a divulgação do pensamento de Bloch. Durante o curso que ministrou, fez várias correlações entre Bloch e Leonardo Boff procurando ressaltar as influências do primeiro sobre o pensamento do segundo. Desta sua estada no Brasil resultou o livro **Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta**. Agora, publica-se, numa tradução do professor Flávio Beno Siebeneichler, a obra de Münster que enfoca outros aspectos deste pensador marxista. Bloch foi quem melhor analisou a existência humana aberta ao futuro. Originariamente em alemão, este trabalho de Münster foi traduzido ao Francês e, bem recentemente, ao Português. Münster é correspondente-estrangeiro, membro da Academia Brasileira de Filosofia. Atualmente atua como professor na Universidade de Picardie-Jules Verne, na cidade de Amiens, França. Convém ressaltar que é casado com francesa.

Quem quiser corresponder-se com Arno Münster seu atual endereço é:

142, rue de Charonne, bât. A
75011 Paris, France
T.: 01. 44. 93 0326

É sempre bom que se conheça o meditar filosófico de Ernst Bloch por um dos seus discípulos, especialista no seu pensamento. Bloch fez análises magistrais sobre matéria ontológica dos seres futuros, os *ainda-não-seres* que, certamente, serão pelo que determinam os valores, ressaltando o domínio das possibilidades e fazendo-se o filósofo das esperanças. Leitura que se faz obrigatória pela influência que exerceu, e ainda exerce, sobre os pensadores brasileiros.

Jorge Jaime
(da Academia Brasileira de Filosofia)

* * *

KYMLICKA, WILL. **Ciudadanía Multicultural**. Ed. Paidós. p. 303. Barcelona. 1996. *Original Multicultural Citizenship*. Oxford University Press. Oxford. 1995. p. 280.

Es de agradecer la llegada de este esclarecedor libro. Will Kymlicka es director de investigaciones del Centro Canadiense de Filosofía y Política Pública del Departamento de Filosofía de la Universidad de Ottawa. Autor de otros conocidos libros como **Liberalism, Community and Culture** (1989) y **Contemporary Political Philosophy** (1991), traducido en editorial Ariel con el título **Filosofía política contemporánea** (1995).

Kymlicka realiza en este libro un análisis riguroso y equilibrado de la integración de las minorías culturales en sociedades con una cultura mayoritaria dominante. Asombra que un investigador medianamente joven se enfrente a un tema tan cargado de apasionamientos con una serenidad intelectualmente envidiable. Su exposición es pedagógica y clara. Deslinda y define bien los conceptos, argumenta siguiendo un hilo conductor y concluye con coherencia.

Con independencia de que se compartan o no algunas de sus opiniones, buena parte del libro se nutre de datos históricos documentados que contribuyen a aumentar los conocimientos de cualquier persona. Es una buena terapia para dos tipos de enfermedades, la que sufren aquellos que exageran el derecho a su cultura y no respetan los derechos de los demás, como la de quienes sufren de fobia ante las diferencias, es decir aquellos que al comprobar la existencia de las diferencias "se ponen enfermos" porque preferirían que todos vistieramos el mismo traje, habláramos el mismo idioma, sin percatarse de que lo que para ellos es un problema puede ser visto desde otra óptica como una riqueza.

Kymlicka parte de una teoría liberal del Estado, pero a la vez acepta la importancia que tiene la cultura en el desarrollo de la personalidad de cada individuo. Aboga en consecuencia por la existencia y la defensa de la identidad cultural de los grupos sociales o de los pueblos.

Conviene aclarar que el liberalismo que Kymlicka defiende no es el que hoy se identifica con el neoliberalismo económico. Cuando a lo largo del texto se habla de principios liberales, en muchas ocasiones ese término equivale a defender los derechos civiles individuales, que fueron reclamados por el liberalismo, y que hoy están recogidos en la mayoría de las constituciones occidentales. Este liberalismo insiste en que la base de las sociedades democráticas modernas es el respeto a la libertad del individuo.

La novedad de esta obra radica en que Kymlicka intenta demostrar que la teoría política liberal no debe defender sólo los derechos de los individuos, sino también los derechos de los diferentes grupos culturales. Hasta ahora muchos liberales han visto en esto una oposición o una incompatibilidad. Kymlicka sostiene que dentro de los derechos del individuo se encuentra el derecho a mantener o elegir la cultura en la que quiere desarrollar su vida; un elemento esencial es el lenguaje que cada grupo humano utiliza: "Una teoría liberal de los derechos de las minorías debe explicar cómo los derechos de las minorías coexisten con los derechos humanos, y también cómo los derechos de las minorías están limitados por los principios de la libertad individual, democracia y justicia social. Tal explicación constituye justamente el objetivo de este libro" (p. 19).

Kymlicka para empezar distingue entre Estados "multinacionales" (donde la diversidad cultural surge de la incorporación de culturas que anteriormente poseían autogobierno y estaban concentradas territorialmente a un Estado mayor) y Estados "poliétnicos" (donde la diversidad cultural surge de la inmigración individual y familiar). Explica también las diferencias entre "minorías nacionales" (en Estados multinacionales) y "grupos étnicos" (en Estados poliétnicos)" (pp. 19-20)

Algunos liberales han mantenido que lo mismo que en el Estado liberal debe haber una separación entre estado y religión, del mismo modo el Estado liberal debe construirse de espaldas a las diversas culturas a las que sus ciudadanos pertenecen. El ciudadano liberal sería en la vida pública un ciudadano neutral, y sólo reflejaría su pertenencia cultural en su vida privada. Utilizando el lenguaje del autor, es lo que se ha denominado "una omisión bienintencionada".

En pro de una ciudadanía diferenciada

Esto dirá Kymlicka es una utopía que no responde a la realidad. Además de los derechos comunes de todos los ciudadanos es posible defender la necesidad de una *ciudadanía diferenciada*, según la cual el Estado tiene obligación de adoptar “medidas específicas en función de la pertenencia grupal orientadas a acomodar las diferencias nacionales y étnicas. Al menos existen tres formas de derechos específicos en función de la pertenencia grupal:

(1) derechos de autogobierno (la delegación de poderes a las minorías nacionales, a menudo a través de algún tipo de federalismo);

(2) derechos poliétnicos (apoyo financiero y protección legal para determinadas prácticas asociadas con determinados grupos étnicos o religiosos);

(3) derechos especiales de representación (escaños garantizados para grupos étnicos o nacionales en el seno de instituciones centrales del Estado que los englobe) (p. 20).

A lo largo de toda la obra, Kymlicka hace una clara distinción entre las minorías nacionales y los inmigrantes. Las primeras se caracterizan por ser grupos culturales preexistentes en un territorio concreto, y que son invadidos contra su voluntad, o pasan a formar parte de otra nación con otra cultura mayoritaria, como consecuencia también de un proceso de federalismo o por distintos acuerdos.

En la inmigración un individuo o un grupo familiar deciden cambiar de nación y se trasladan a un país de cultura diferente, pero esto lo hacen voluntariamente, eligen ese país, nadie les obliga a ello, luego la reclamación de sus derechos culturales es diversa a la del primer caso. Los inmigrantes no tienen derecho a exigir el autogobierno, pero sí que tienen derecho a exigir un respeto institucional y legal a la expresión de su propia identidad.

La reclamación del pensador canadiense es muy clara; a los grupos nacionales o grupos con una etnicidad específica se les debe reconocer una *identidad política permanente* con un estatus constitucional.

Existe una diferenciación permanente en los derechos o estatus de los miembros de ciertos grupos. Es necesario su reconocimiento para evitar que esas diferencias culturales no se pierdan o desaparezcan.

Las teorías tradicionales de los derechos humanos no han dado una solución a esta cuestión. La propia Declaración Universal de los Derechos Humanos de la ONU no reconoció ningún derecho relacionado con los derechos étnicos o de minorías nacionales.

Kymlicka intenta hacer ver que la cultura no es un sobreañadido a los derechos individuales de la persona, sino que está intrínsecamente unida a la libertad del individuo, es decir también sería antiliberal imponer una cultura a un individuo o a un grupo, usando la fuerza y contra la voluntad de los mismos. Si la cultura no fuera un valor sería más cómodo y *muchas veces más barato* homogeneizar: “Los principios básicos del liberalismo son principios de libertad individual. Los liberales únicamente pueden aprobar los derechos de las minorías en la medida en que éstos sean consistentes con el respeto a la libertad o autonomía de los individuos” (p. 111). Kymlicka demuestra que los derechos de las minorías no sólo son consistentes con la libertad individual, sino que pueden de hecho promoverla porque la causa de la libertad muchas veces encuentra sus bases en la autonomía de un grupo nacional. (Capítulo V, *Libertad y cultura*).

A lo largo de la historia las minorías han sido maltratadas en distintos grados, que van desde la eliminación física, la expulsión, la limpieza étnica, el genocidio, o fueron asimiladas por la fuerza, o segregadas, sin concederles los derechos del resto de la población. Al negar estos derechos además de cometer una injusticia lo único que se ha logrado es exacerbar los conflictos etnoculturales: “Así mayorías y minorías se enfrentan cada vez más respecto de temas como los derechos lingüísticos, la autonomía regional, la representación política, el currículum educativo, las reivindicaciones territoriales, la política de inmigración

y naturalización, e incluso acerca de símbolos nacionales, como la elección del himno nacional y de las festividades oficiales” (p.13).

Pretender la separación entre Estado y cultura es absurdo. Hoy más que nunca las sociedades liberales deben responder a las siguientes cuestiones:

“¿Qué lenguas deberían aceptarse en los Parlamentos, burocracias y tribunales?, ¿Se deberían dedicar fondos públicos para escolarizar en su lengua materna a todos los grupos étnicos o nacionales?, ¿Se deberían trazar fronteras internas (distritos legislativos, provincias, Estados) tendentes a lograr que las minorías culturales formen una mayoría dentro de una región local?, ¿Debería devolver poderes gubernamentales el nivel central a niveles locales o regionales controlados por minorías concretas, especialmente en temas culturalmente delicados como la inmigración, las comunicaciones y la educación?, Deberían distribuirse los organismos políticos de acuerdo con un principio de proporcionalidad nacional o étnica?, Se deberían conservar y proteger las zonas y lugares de origen tradicionales de los pueblos indígenas para su exclusivo beneficio, protegiéndoles de la usurpación de los colonos o de los explotadores de recursos? ¿Qué grado de integración cultural puede exigirse de los inmigrantes y los refugiados antes de que adquieran la ciudadanía?” (pp. 17-18).

Los derechos colectivos. Restricciones internas y protecciones externas.

Los derechos colectivos pueden referirse al derecho de un grupo a limitar la libertad de sus propios miembros en nombre de la solidaridad del grupo o la pureza cultural (“restricciones internas”), o bien pueden aludir al derecho de un grupo a limitar el poder político y económico ejercido sobre dicho grupo por la sociedad de la que forma parte con el objeto de asegurar que los recursos y las instituciones de las que depende la minoría no sean vulnerables a las decisiones de la mayoría (“protecciones externas”). Kymlicka piensa que el segundo tipo de restricciones no entran en conflicto con la libertad individual, sin embargo no ocurre lo mismo con las restricciones internas. Un liberal no puede admitir que se viole la libertad del individuo en aras de salvaguardar la identidad del grupo.

La tolerancia y sus límites. ¿Es el liberal un sectario?

Y este punto supone el límite de lo que un liberal puede tolerar, como expone en uno de los más esclarecedores capítulos de este libro. Un liberal no puede aceptar la idea de que resulta moralmente legítimo para un grupo oprimir a sus miembros en nombre de la solidaridad grupal, la ortodoxia religiosa o la pureza cultural. Tal conducta conculca el compromiso liberal con la autonomía individual. ¿Se podría acusar por ello al liberalismo de sectario? No porque nadie está autorizado en nombre de la defensa de la identidad del grupo a no respetar los derechos civiles o las libertades políticas de sus miembros. Este límite no es imponer un tipo de cultura sobre otra sino respetar los derechos civiles. En definitiva no es más que respetar los derechos humanos que figuran positivizados en la mayoría de las constituciones del mundo. Los grupos deben respetar los derechos de sus miembros a la disidencia y también la capacidad crítica de replantearse sus propios valores, así como la libertad de conciencia de cada individuo, que no puede ser usurpada por el grupo. Cada persona racional y autónoma es libre de replantearse cuando quiera sus propias metas en la vida. Por tanto Kymlicka rechaza enfáticamente algunas de las propuestas de comunitaristas como Sandel en este punto. Según este último el individuo pertenece de un modo fijo a una comunidad cultural más allá de cualquier cuestionamiento racional.

¿Se sigue de ello que los Estados liberales deberían imponer las normas liberales sobre las minorías liberales?” (pp. 22).

Convencer con el dialogo y la razón, pero no imponer por la fuerza.

Sin embargo el hecho de que un liberal esté autorizado a juzgar como injustas determinadas situaciones no le autoriza a imponer de un modo coactivo sus principios ni siquiera a los que no respetan los derechos de los demás. Esto tampoco justifica el conformismo. En una sociedad liberal se puede exigir a quienes se integran desde fuera a esa sociedad que asuman la obligación de cumplir con los derechos civiles. Pero en el caso de las minorías con autonomía, que no hacen gala de liberalidad no se debe interferir coactivamente, pero se puede tratar de dialogar y utilizar vías racionales. En el caso de que sean otros países sólo será posible influir a través de mecanismos internacionales, pero esto nunca justifica la intervención.

“Tanto los Estados extranjeros como las minorías nacionales constituyen comunidades políticas distintas, con sus propios derechos al autogobierno. En ambos casos no se debe imponer los principios liberales por la fuerza”. Además la historia demuestra, como se ha visto en la descolonización en Africa, que esto es ineficaz. “Esto no significa que los liberales deban quedarse al margen y no hacer nada. Una minoría nacional que gobierna de manera iliberal actúa injustamente, y los liberales tienen el derecho, y la responsabilidad, de manifestar su disconformidad ante esta injusticia. Por tanto, los reformistas liberales de estas culturas deberían intentar promover sus valores liberales, mediante las razones o el ejemplo, y los liberales ajenos a ellas deberían prestar su apoyo a todas las iniciativas del grupo encaminadas a liberalizar su cultura” (p. 231-232).

¿Es la autonomía solo un principio liberal o un derecho del hombre?

Hubiera sido más claro que Kymlicka en lugar de hablar de principios liberales usara el lenguaje de los derechos civiles o los derechos individuales. En realidad lo que viene a justificar es que ningún grupo cultural por preservar su propia identidad cultural tiene derecho a conculcar los derechos de los individuos que forman parte de ese grupo cultural; un derecho concreto y crucial para un liberal es por ejemplo la libertad religiosa, otro sería la igualdad de hombre y mujer.

Aunque Kymlicka se empeña reiteradamente en denominarlos como “principios liberales”, esos derechos son más bien derechos humanos, aunque se pueda decir que históricamente se formulan de la mano del liberalismo.

Los ejemplos elegidos por Kymlicka. Algunos vacíos.

Kymlicka analiza muy bien la situación de las sociedades occidentalizadas de America; sobre todo de los países receptores de inmigración. Es un buen conocedor de la situación de Canadá, con sus minorías indias y del hecho diferencial de Quebec, de la inmigración en EEUU, y del autogobierno de los portorriqueños, chicanos, indios americanos, de la problemática de los afroamericanos que merecen un tratamiento aparte; de los indígenas en Latinoamérica. Hay que distinguir los procesos de modernización en cualquier grupo cultural, del hecho de que las culturas indígenas tengan que desaparecer o del hecho de que tengan que ser obligadas a homogeneizarse adoptando la cultura mayoritaria.

Kymlicka es muy respetuoso con la voluntad y los deseos de los integrantes de los grupos culturales. Hace en este punto gala de un liberalismo también coherente.

Aporta un marco conceptual interesante desde el que se podrían examinar dos problemas típicamente europeos y que no se han dado en América. Uno es la confrontación del islamismo con la cultura liberal europea, fenómeno realmente preocupante en Europa, y que puede desestabilizar la sociedad europea. El otro son los nacionalismos que pueden dar lugar a secesiones, pero no siempre pacíficas.

Kymlicka prudentemente afirma que cada caso merece un tratamiento diferente. Lo que es aplicable a una situación no lo es en otra. Si insiste en la diferente actitud de los grupos

nacionales que suelen reclamar su autogobierno, de los inmigrantes que persiguen la integración en el país de acogida, lo que no es obstáculo para que quieran además mantener sus tradiciones y su identidad cultural, pero dentro de las instituciones y del marco legal del propio país de acogida.

Indudablemente se observa una evolución en la actitud y en la procedencia de los inmigrantes de EEUU, a lo largo de este siglo. Los primeros fueron europeos y se difuminaron en la cultura de los primeros colonos americanos de origen anglosajón. La segunda oleada de orientales e hispanos han ido adquiriendo una actitud diferente, con un mayor afán de conservar sus raíces.

Otro problema diferente es el de los exiliados y refugiados que no es un fenómeno voluntario. En general estas personas ven su situación como provisoria, aunque algunos acaban transformándose en inmigrantes.

Ante el miedo que ha surgido en EEUU ante las reclamaciones de los derechos etnológicos afirma Kymlicka que “el inevitable, y en el fondo deseable, hecho de los intercambios culturales no debilita la afirmación de que existen distintas culturas societales “ (p. 105). Kymlicka no está reclamando, al contrario de lo que estan haciendo muchos liberales en EEUU, un sincretismo. Deja muy claro que la cultura americana, mal llamada melting plot, es en realidad una cultura anglosajona. Es decir hay una cultura con claros orígenes, que no es una síntesis de varias cosas. Los inmigrantes europeos que fueron llegando se integraron en esta cultura. La vida política y las instituciones públicas y la enseñanza se hacían en inglés, existía una religión dominante (el cristianismo) obedecían a una cultura concreta, no eran neutrales, y hoy sigue siendo así.

Su actitud ante la inmigración y ante la diversidad cultural que ésta genera es altamente positiva. En definitiva un libro que invita a la reflexión serena, pionero y que merece la pena leerse.

María Elósegui

* * *

LAMO DE ESPINOSA, E. **Culturas, estados, ciudadanos.** Una aproximación al multiculturalismo en Europa. Alianza editorial. 1995, 258 pp.

Este libro refleja varias aportaciones de académicos ante un seminario organizado por Enrique Lamo de Espinosa, catedrático de Sociología de la Universidad Complutense (Madrid). Todas las aportaciones comparten desde distintas perspectivas un telón de fondo; el fenómeno de la inmigración en Europa está cambiando su anterior homogeneidad cultural. Ante este fenómeno no hay que tener miedo, sobran los alarmismos. Lo que hay que lograr es una nueva política y actitud de integración, que no puede pretender como antaño lo hiciera un mero asimiliacionismo, que obligaba al que venía de fuera a olvidar sus raíces. Se analiza desde la política lingüística de la Europa comunitaria (Miquel Siguan), hasta muy detalladamente la legislación europea en materia de inmigración (Antonio Remiro Brotóns), la experiencia concreta británica (John Rex), pasando por análisis más conceptuales sobre el Estado soberano y la identidad nacional en la Europa actual (Josep R. Ilobera) y sociológicos en “Fronteras culturales” y “El multiculturalismo que nos viene” (Emilio Lamo de Espinosa y Alfonso Perez-Agote), y pedagógicos “La educación intercultural” (Carlota Solé). Es un libro de lectura ágil, ya que recoge exposiciones inicialmente orales, interesante para cualquier lector universitario, sugerente y que guarda una unidad complementaria, aporta datos cuantitativos precisos.

María Elósegui

* * *

KEATING, Michael. **Naciones contra el Estado**. El nacionalismo de Cataluña, Quebec y Escocia. Ariel Ciencia Política. 1996. 293 pp.

En realidad este estudio de Keating (de la Universidad de London, Ontario) va más allá de lo que su título refleja. Los tres últimos capítulos se centran en un análisis político detallado del forjamiento de esas tres identidades culturales, pero la primera mitad del libro Keating hace unas reflexiones sociopolíticas sobre problemas de fondo en la transformación actual del concepto de nación y de Estado, especialmente en ese contexto del significado del nacionalismo. Tiene la virtud de analizar los problemas con cierta distancia. Aborda la nueva política territorial junto con el nacimiento de nuevos nacionalismos minoritarios. Algunos de sus análisis conceptuales no contentarán a todos, pero es una aportación brillante en un tema bastante farragoso y pocas veces tratado con altura académica. La primera parte del libro posee ya una entidad propia y tesis novedosas.

María Elósegui

EDITORAS

EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
90619-900 - Porto Alegre-RS
Fone/Fax: (051) 320 3523
E-mail: edipcrs@music.pucrs.br

ROHDEN, Cleide Cristina Scarlattelli. **A camuflagem do sagrado e o mundo moderno**. Á luz do pensamento de Mircea Eliade. Coleção filosofia; 69. 1998. 143p. O filósofo e historiador das religiões Mircea Eliade desenvolveu em sua vasta obra a tese da irredutibilidade do fenômeno sagrado em todas as manifestações da cultura. E mais: o sagrado, além de irredutível, manifesta-se sempre através de qualquer objeto do meio natural, numa espécie de dialética do sagrado e profano. No processo de manifestação regido por essa estrutura dialética, o sagrado veste a roupagem da realidade profana e se *camufla*. Portanto, nesta dialética, tal manifestação se subtiliza até o ponto de vislumbrarmos uma verdadeira *camuflagem do sagrado no profano*. Levantar as linhas de força desta camuflagem é o propósito deste estudo. "Mais do que um historiador, Eliade considerase um filósofo das religiões, porque não separa mitos e ritos do *logos* que lhes estão subjacentes. Estuda o fenômeno religioso como irredutível. Para precisar a conduta do *homo religiosus*, que vive um encontro com o sagrado, como fenomenológico tenta decifrar o sentido profundo da hierofania. Procura compreender o sagrado vivido na experiência hierofânica. Toda obra filosófica de Eliade é construída sobre uma perspectiva tríplice: histórica, fenomenológica e hermenêutica, tendo como eixo central o sagrado e o símbolo" (Urbano Zilles).

KAMMER, Marcos. **A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna**. Uma leitura a partir das barbas de Marx. Coleção filosofia; 70. 1998. 189p. "Longe de se deter nas armadilhas dos comentadores de Marx, que muitas vezes espelham a simples constatação de um Marx vivo ou morto, Marcos Kammer, ao investigar a dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna, utiliza-se de um procedimento que não se reduz ao simples comentário. Trata-se muito mais de uma proposta de investigação filosófica que "brinca" com Marx através de suas barbas. Mas, quantas leituras são possíveis a partir das barbas de Marx? Marcos Kammer escolhe uma, com muita propriedade e de modo agudo, refazendo o itinerário sobre qual o próprio Marx compreende o processo de abstração do trabalho, na perda de sua concreticidade, da identidade do sujeito que o executa, que se perde como tal, diluído na abstração que é o mercado de trabalho. Sob hipótese alguma, o itinerário percorrido por Marcos Kammer, que vai da *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro* até o muito conhecido, mas pouco lido, *O Capital*, deve ser dissociado dessa estratégia séria de um fazer filosófico legítimo que pensa de modo tátil, através da imagem pelas barbas - as quais podem ser acariciadas ou puxadas - se possa compreender um pensamento, ou melhor, que seja possível percorrer os meandros de uma filosofia que se recusa a morrer - apesar de seus críticos mais ferozes e histéricos - porque filosofar é justamente isso: vida. Vida e não morte. Posso dizer do trabalho de Marcos Kammer que é um convite à vida, e